

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.154 - RN  
(2018/0186215-0)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES AMORIM CAVALCANTE**  
**ADVOGADOS : HUMBERTO HENRIQUE COSTA FERNANDES DO REGO -**  
**RN004237**  
**VICTOR DOS SANTOS MAIA MATOS - RN012628**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**  
**INTERES. : TERRAMOTO CONSTRUÇOES LTDA - ME**  
**INTERES. : MOVETERRAS CONSTRUÇÕES LTDA**  
**INTERES. : MANOEL PAULO CAVALCANTE**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, I, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DA MÁCULA APONTADA. IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE, ACERCA DA DEFINIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA NO CASO CONCRETO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Na origem, trata-se de embargos de terceiro propostos em desfavor da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Manoel Paulo Cavalcante, Moveterras Construções LTDA, e Terramoto Construções Ltda. - ME objetivando a obtenção de provimento que determine: a) a nulidade de todos os atos processuais, em razão da ausência de intimação da embargante acerca da penhora realizada nos imóveis de propriedade de seu cônjuge; b) a desconstituição da penhora incidente sobre os imóveis penhorados neste juízo, com o escopo de resguardar a sua meação. Na sentença, julgou-se parcialmente procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida.

II - Sobre a alegada violação do art. 1.022, I, do CPC/2015, por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise sobre a sucumbência recíproca, tenho que não assiste razão à recorrente.

III - Verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pela recorrente e devidamente afastado pelo julgador.

IV - A oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica da recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas

descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia. No mesmo diapasão, destacam-se: AgInt no AREsp n. 960.685/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016; AgInt no REsp n. 1.498.690/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017.)

V - Verifica-se que a irresignação da recorrente, acerca da definição da sucumbência no caso concreto, vai de encontro às convicções do julgador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu: "Por fim, observo que dos pedidos deduzidos pela embargante/apelante na ação (nulidade de todos os atos processuais, desconstituição das penhora sobre os imóveis) somente um foi julgado parcialmente procedente (anulação dos atos posteriores às constrições), havendo, na verdade, sucumbência mínima da parte adversa, mostrando-se descabido o seu pedido de que seja arbitrados honorários advocatícios sucumbenciais a seu favor."

VI - Para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

VII - Agravo interno improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator